

Sumário

Introdução

1 *O Processo Penal Brasileiro*

- 1.1 O Código de Processo Penal
- 1.2 A Constituição da República de 1988 e o Processo Constitucional
- 1.3 O sistema acusatório
- 1.4 Sistemas processuais incidentes: o modelo brasileiro

2 *Leis e Processo Penal no Tempo e no Espaço*

- 2.1 Tratados e convenções internacionais
- 2.2 A jurisdição dos tribunais penais internacionais
- 2.3 Leis processuais no espaço e no tempo

3 *Sistema dos Direitos e Princípios Fundamentais*

- 3.1 Estado democrático de direito e postulados de interpretação
- 3.2 Garantismo e intervenção penal
- 3.3 A base ou estrutura principiológica
 - 3.3.1 O justo processo: devido processo legal
 - 3.3.1.1 Juiz natural
 - 3.3.1.2 Direito ao silêncio e não autoincriminação
 - 3.3.1.3 Contraditório
 - 3.3.1.4 Ampla defesa
 - 3.3.1.5 Estado ou situação jurídica de inocência
 - 3.3.1.6 Vedação de revisão *pro societate*
 - 3.3.1.7 Inadmissibilidade das provas obtidas ilicitamente

4 *A Fase Pré-Processual: a Investigação Criminal*

- 4.1 Inquérito policial
 - 4.1.1 Procedimento
 - 4.1.2 Poder de polícia e representação ao juiz: capacidade postulatória?
 - 4.1.3 Arquivamento
 - 4.1.3.1 Arquivamento indireto
 - 4.1.3.2 Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público
 - 4.1.4 Inquérito policial e extinção da punibilidade
- 4.2 Investigações administrativas

5 *Da Ação Penal*

- 5.1 A estrutura dialética do processo: potencialização da ampla defesa
- 5.2 Ação e processo
 - 5.2.1 Pretensão e lide
- 5.3 Condições da ação
 - 5.3.1 Interesse de agir
 - 5.3.2 Legitimidade
 - 5.3.3 Possibilidade jurídica do pedido
 - 5.3.4 Condições de procedibilidade
 - 5.3.5 A justa causa
- 5.4 Pressupostos processuais
 - 5.4.1 Pressuposto de existência
 - 5.4.2 Requisitos de validade
- 5.5 Ação penal pública incondicionada
 - 5.5.1 Ação (penal) popular e crime de responsabilidade
 - 5.5.2 Ação penal pública incondicionada: princípio fundamental: a obrigatoriedade
 - 5.5.3 Indisponibilidade e outras regras processuais

- 5.5.4 Critério de definição da legitimação ativa
- 5.5.5 Discricionariedade regrada
- 5.6 Ação penal pública condicionada
 - 5.6.1 Prazo decadencial da representação
 - 5.6.2 Capacidade ou legitimação para representar
 - 5.6.3 Retratação
 - 5.6.4 Legitimação concorrente ou alternativa?
- 5.7 Ação penal privada
 - 5.7.1 Legitimação ativa
 - 5.7.2 Disponibilidade
 - 5.7.2.1 Renúncia
 - 5.7.2.2 Perempção e desistência
 - 5.7.2.3 Perdão
 - 5.7.3 Indivisibilidade
 - 5.7.4 Decadência
 - 5.7.5 Crimes contra a dignidade sexual
- 5.8 Ação privada personalíssima
- 5.9 Ação privada subsidiária da pública
- 5.10 Denúncia e queixa
 - 5.10.1 Crimes coletivos e individualização da conduta
 - 5.10.2 Acusação genérica e acusação geral
 - 5.10.3 Aditamento
 - 5.10.4 Litisconsórcio
 - 5.10.5 Prazo
 - 5.10.6 Capitulação
 - 5.10.7 Rejeição
 - 5.10.8 Omissões
- 5.11 Extinção da punibilidade

6 Ação Civil Ex Delicto

- 6.1 Generalidades
- 6.2 Prejudicialidade
- 6.3 Objeto
- 6.4 Legitimação
- 6.5 Subordinação temática e eficácia preclusiva
 - 6.5.1 Nas decisões condenatórias
 - 6.5.2 Nas decisões absolutórias
 - 6.5.3 A negativa de autoria
- 6.6 Responsabilidade civil de terceiros
- 6.7 A legitimação do Ministério Público

7 Jurisdição e Competência

- 7.1 Jurisdição e repartição de competência
- 7.2 Juiz natural e competência absoluta: competência de jurisdição
- 7.3 Prerrogativa de função (*ratione personae*)
 - 7.3.1 Crimes comuns e crimes de responsabilidade
 - 7.3.2 Critério da simetria
 - 7.3.3 Critério de regionalização
 - 7.3.3.1 Deputados Estaduais e Prefeitos
 - 7.3.3.2 A extensão dos foros privativos nas Constituições Estaduais
 - 7.3.4 Prerrogativa de função e natureza do crime
 - 7.3.5 Processo e procedimentos
 - 7.3.5.1 Competência originária
 - 7.3.5.2 O exercício efetivo do cargo
 - 7.3.5.3 Foro privativo e procedimento

- 7.3.5.4 Prerrogativa de função, concurso de agentes e concurso de crimes
- 7.4 Imunidades materiais e imunidades formais ou processuais
- 7.5 Competência em razão da matéria (*ratione materiae*)
 - 7.5.1 Competência da Justiça Federal
 - 7.5.1.1 A casuística constitucional
- 7.6 Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral
- 7.7 A competência territorial
 - 7.7.1 Competência relativa e competência absoluta
 - 7.7.2 Critérios de determinação da competência infraconstitucional
 - 7.7.2.1 O lugar
 - 7.7.2.2 A natureza da infração
 - 7.7.2.3 O domicílio ou residência do réu
 - 7.7.2.4 A prevenção
 - 7.7.2.5 A distribuição
- 7.8 Modificação de competência e *perpetuatio jurisdictionis*
 - 7.8.1 Desclassificação
 - 7.8.2 Conexão
 - 7.8.3 Continência
 - 7.8.4 Unidade de processo e de julgamento
 - 7.8.5 Eleição do juízo prevalente
 - 7.8.6 Separação de processos conexos e/ou continentes
 - 7.8.7 Prorrogação de competência
- 8 *Das Questões e Processos Incidentes***
 - 8.1 Das questões prejudiciais
 - 8.2 Dos processos incidentes
 - 8.2.1 Das exceções
 - 8.2.1.1 Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade
 - 8.2.1.2 Exceção de incompetência
 - 8.2.1.3 Demais exceções
 - 8.3 Do conflito de jurisdição
 - 8.4 Da restituição de coisas apreendidas
 - 8.5 Das medidas assecuratórias
 - 8.5.1 Sequestro
 - 8.5.2 Especialização de hipoteca
 - 8.5.3 Arresto
 - 8.5.4 Medidas assecuratórias previstas na lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)
 - 8.5.5 Da alienação antecipada de bens arrestados, hipotecados ou objeto de sequestro – Lei nº 12.694/12
 - 8.6 Do incidente de falsidade
 - 8.7 Da insanidade mental do acusado
- 9 *Da Prova***
 - 9.1 Teoria da prova
 - 9.1.1 O mito e o dogma da verdade real
 - 9.1.2 A distribuição do ônus da prova e a iniciativa probatória do juiz
 - 9.1.3 O livre convencimento motivado e a íntima convicção
 - 9.1.3.1 A prova tarifada ou sistema das provas legais
 - 9.1.3.2 O livre convencimento motivado: persuasão racional
 - 9.1.3.3 Hierarquia e especificidade de provas
 - 9.1.4 Direito e restrições à prova
 - 9.1.4.1 A inadmissibilidade das provas ilícitas
 - 9.1.4.2 A teoria dos frutos da árvore envenenada
 - 9.1.4.3 A teoria do encontro fortuito de provas

- 9.1.4.4 A prova ilegítima: a prova emprestada
- 9.1.4.5 O aproveitamento da prova com exclusão da ilicitude
- 9.1.4.6 O aproveitamento da prova ilícita: proporcionalidade, proibição de excesso (vedação de proteção deficiente?)
- 9.2 Meios de prova
 - 9.2.1 Do interrogatório
 - 9.2.1.1 Direito ao silêncio e não autoincriminação
 - 9.2.1.2 Intervenções corporais
 - 9.2.1.3 Procedimento
 - 9.2.2 Da confissão
 - 9.2.3 Da prova testemunhal
 - 9.2.3.1 Capacidade para testemunhar
 - 9.2.3.2 O compromisso de dizer a verdade
 - 9.2.3.3 Dispensa do dever de depor
 - 9.2.3.4 Proibição do testemunho
 - 9.2.3.5 Testemunhas, declarantes, informantes e outros
 - 9.2.3.6 Regras procedimentais gerais
 - 9.2.3.7 Proteção à testemunha: Lei nº 9.807/99
 - 9.2.4 Da prova pericial
 - 9.2.4.1 O exame de corpo de delito
 - 9.2.4.2 Outras perícias
 - 9.2.4.3 Prova pericial e contraditório
 - 9.2.5 Das perguntas ao ofendido
 - 9.2.6 Do reconhecimento de pessoas e coisas
 - 9.2.7 Da acareação
 - 9.2.8 Dos documentos
 - 9.2.9 Dos indícios
 - 9.2.10 Da busca e apreensão

10 ***Sujeitos do Processo***

- 10.1 Partes e relação processual
 - 10.1.1 Parte (no sentido) formal e parte (no sentido) material
- 10.2 Do juiz
 - 10.2.1 Imparcialidade
 - 10.2.2 Poderes gerais e iniciativa probatória
 - 10.2.3 Juiz natural
 - 10.2.4 Princípio da identidade física do juiz
- 10.3 Do Ministério Público
 - 10.3.1 A imparcialidade
 - 10.3.2 Suspeição, impedimento e incompatibilidade: consequências
 - 10.3.3 O promotor natural
 - 10.3.4 Atividades investigatórias
- 10.4 Do acusado
- 10.5 Do Defensor
- 10.6 Da assistência
 - 10.6.1 Legitimação
 - 10.6.2 O assistente como *custos legis*
 - 10.6.3 Faculdades processuais
 - 10.6.4 Recurso de sentença penal condenatória
 - 10.6.5 Procedimento
- 10.7 Peritos, intérpretes e funcionários da justiça
- 10.8 Ofendido?

11 ***Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória***

- 11.1 As regras das prisões e da liberdade provisória: as medidas cautelares

- 11.2 As determinações constitucionais da não culpabilidade
- 11.3 Princípio fundamental das medidas cautelares: o postulado da proporcionalidade
- 11.4 As medidas cautelares, diversas das prisões
 - 11.4.1 Regras gerais da aplicação
 - 11.4.1.1 Poder geral de cautela?
 - 11.4.1.2 A fiança e seu cabimento
 - 11.4.2 Procedimento das cautelares
- 11.5 A prisão em flagrante
 - 11.5.1 Considerações gerais
 - 11.5.2 Flagrante esperado e flagrante preparado (provocado)
 - 11.5.3 Flagrante diferido (controlado)
 - 11.5.4 Missões/funções da prisão em flagrante
 - 11.5.5 Prisão em flagrante e situações especiais
 - 11.5.6 Audiência de custódia
- 11.6 Prisão temporária
 - 11.6.1 Prisão temporária e o art. 313, I, CPP
- 11.7 Prisão preventiva
 - 11.7.1 Requisitos fáticos: situações legais de risco à persecução penal
 - 11.7.2 Requisitos normativos: definição dos crimes passíveis de decretação de prisão preventiva
 - 11.7.2.1 Exceções ao teto do art. 313, I, CPP
 - 11.7.3 Prazo: a construção jurisprudencial
 - 11.7.4 Prisão preventiva *ex officio*
 - 11.7.5 Vedação legal à prisão preventiva
- 11.8 Prisão domiciliar
- 11.9 O ato prisional: generalidades
- 11.10 Prisão especial
- 11.11 Prisão para extradição e prisão civil
- 11.12 A liberdade provisória com e sem fiança
 - 11.12.1 Relaxamento da prisão
 - 11.12.2 Liberdade provisória com fiança
 - 11.12.2.1 Cautelares de ofício e sistema acusatório
 - 11.12.2.2 Procedimento da fiança
 - 11.12.3 A restituição da liberdade do art. 283, § 1º, do CPP
 - 11.12.4 A inafiançabilidade constitucional e a vedação *ex lege* à liberdade
 - 11.12.5 Execução provisória

12 Das Citações e Intimações

- 12.1 Das citações
 - 12.1.1 Espécies de citação
 - 12.1.2 Citação do réu preso
 - 12.1.3 Citação do incapaz
 - 12.1.4 Revelia e suspensão do processo e do prazo prescricional
- 12.2 Das intimações

13 Dos Atos Processuais e dos Atos Judiciais

- 13.1 Dos atos processuais
 - 13.1.1 Dos prazos processuais
- 13.2 Dos atos judiciais
 - 13.2.1 Decisões interlocutórias
 - 13.2.2 Decisões com força de definitivas
 - 13.2.3 Sentenças

- 13.2.3.1 A correlação entre sentença e pedido
- 13.2.3.2 *Emendatio libelli*
- 13.2.3.3 *Mutatio libelli*
- 13.2.3.4 Motivação e dispositivo das sentenças
- 13.2.3.5 Intimação da sentença
- 13.2.4 Coisa julgada em matéria penal

14 Dos Procedimentos

- 14.1 Processo e procedimento
- 14.2 Procedimento comum
 - 14.2.1 Procedimento ordinário
 - 14.2.2 Procedimento sumário
- 14.3 Da suspensão do processo
 - 14.3.1 Suspensão do processo: direito ou discricionariedade?
 - 14.3.2 Revogação e cumprimento da suspensão
 - 14.3.3 Ação privada
 - 14.3.4 Cabimento: concurso de crimes, tentativa, causa de aumento e de diminuição
- 14.4 Do procedimento do Tribunal do Júri
 - 14.4.1 Anotações introdutórias
 - 14.4.2 Da acusação e da instrução preliminar
 - 14.4.2.1 Absolvição sumária
 - 14.4.2.2 Desclassificação
 - 14.4.2.3 Impronúncia
 - 14.4.2.4 Pronúncia
 - 14.4.3 Da fase de julgamento
 - 14.4.3.1 Da preparação do processo para julgamento em plenário
 - 14.4.3.2 Do desaforamento
 - 14.4.3.3 Jurados: recusas, imparcialidade
 - 14.4.3.4 Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri
 - 14.4.3.5 Da quesitação
 - 14.4.3.6 Da instrução em plenário
- 14.5 Dos juizados especiais criminais
 - 14.5.1 Considerações gerais
 - 14.5.2 Infrações de menor potencial ofensivo
 - 14.5.3 A transação penal: direito subjetivo ou discricionariedade?
 - 14.5.4 Competência e atos processuais
 - 14.5.5 O rito nos juizados criminais
- 14.6 Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei nº 11.340/06
 - 14.6.1 Considerações gerais
 - 14.6.2 Competência cível e criminal: limitações constitucionais
 - 14.6.3 Procedimentos e medidas cautelares
 - 14.6.4 Medidas protetivas de urgência
- 14.7 Processo e procedimentos especiais
 - 14.7.1 Dos processos de competência originária
 - 14.7.2 Crimes contra a honra
 - 14.7.3 Crimes de responsabilidade de funcionários públicos
 - 14.7.4 Crimes de tráfico de drogas
 - 14.7.5 Processo penal eleitoral
 - 14.7.6 Crimes falimentares
 - 14.7.7 Colegiados de primeiro grau e organizações criminosas na Lei nº 12.694/12
 - 14.7.8 A Lei de Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13

- 14.7.9 Crimes de lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)
- 14.7.10 Lei do Tráfico de Pessoas
- 14.7.11 Lei 13.285/16
- 14.8 Procedimentos e conexão e/ou continência

15 Das Nulidades

- 15.1 Atos inexistentes
- 15.2 Nulidades e ilicitudes na investigação
- 15.3 Nulidade absoluta e nulidade relativa
- 15.4 Nulidades: efeito devolutivo dos recursos e vedação da *reformatio in pejus*
- 15.5 A regra do interesse nas nulidades
- 15.6 A instrumentalidade das formas
- 15.7 Causalidade: derivação das nulidades
 - 15.7.1 Nulidade e incompetência absoluta
- 15.8 Convalidação
- 15.9 A casuística do Código de Processo Penal

16 Dos Recursos

- 16.1 Teoria dos recursos
 - 16.1.1 Princípios
 - 16.1.1.1 O duplo grau
 - 16.1.1.2 A voluntariedade dos recursos
 - 16.1.1.3 A unirrrecorribilidade
 - 16.1.1.4 A fungibilidade dos recursos
 - 16.1.1.5 A vedação da *reformatio in pejus*
 - 16.1.2 Regras: complementaridade, complementaridade e outras
 - 16.1.3 Disponibilidade
 - 16.1.4 Efeitos dos recursos
 - 16.1.4.1 Efeito suspensivo
 - 16.1.4.2 Efeito devolutivo
 - 16.1.4.3 Efeito extensivo e iterativo
 - 16.1.5 Classificações dos recursos
 - 16.1.6 Juízo de admissibilidade dos recursos
 - 16.1.6.1 Requisitos objetivos
 - 16.1.6.2 Requisitos subjetivos
- 16.2 Da apelação
 - 16.2.1 Cabimento
 - 16.2.2 Efeitos
 - 16.2.3 Procedimento
- 16.3 Do recurso em sentido estrito
 - 16.3.1 Cabimento
 - 16.3.2 Procedimento
 - 16.3.3 Efeitos
- 16.4 Embargos infringentes ou de nulidade
- 16.5 Embargos declaratórios
- 16.6 Embargos de divergência
- 16.7 Carta testemunhável
- 16.8 Agravo de execução
- 16.9 Correição parcial
- 16.10 Recurso ordinário, extraordinário e especial
 - 16.10.1 Recurso ordinário
 - 16.10.2 Recurso especial
 - 16.10.3 Recurso extraordinário
- 16.11 Ações autônomas
 - 16.11.1 Mandado de segurança

16.11.2 Ação de revisão criminal

16.11.3 *Habeas corpus*

17 Relações Internacionais com Autoridade Estrangeira

17.1 Cartas rogatórias

17.2 Homologação das sentenças estrangeiras

Referências

Índice Remissivo